

Economia-Brasil

ENTREVISTA

Sachs prega reformas para crescimento sem inflação

O economista norte-americano também defende ampliar poupança pública e privatizações

JOSÉ CARLOS SANTANA

O governo brasileiro não tem outro caminho. Se quiser baixar as taxas de juros mais rapidamente e estimular todo o potencial de crescimento econômico do País sem reativar a inflação, como o empresariado deseja, terá de progredir com as reformas constitucionais. É preciso reduzir o déficit orçamentário, elevar o nível da poupança do governo e limitar ao máximo o papel do Estado na economia, sobretudo mediante privatizações.

A observação é do economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor de Comércio Internacional na Universidade de Harvard e apontado hoje, pela assessoria que tem dado a países como Rússia, Polônia e Bolívia, entre outros, como uma das maiores autoridades em processos de estabilização econômica.

Mais por suas idéias, muitas vezes polêmicas, do que pelos seus feitos, ele foi figura de realce numa conferência internacional sobre globalização e suas consequências, que a Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA) promoveu na quinta e na sexta-feira, nas comemorações do seu 50º aniversário.

Sachs relembrou as origens do capitalismo, na Inglaterra e na Holanda, falou da sua evolução pelo mundo e da sua aparente superioridade sobre o sistema comunista. E irritou o ex-ministro João Sayad, seu companheiro na mesa, quando enalteceu o comportamento dos chamados tigres asiáticos e sugeriu que o Brasil deveria tomá-los como exemplo de boa gestão econômica.

Pouco antes do encerramento da conferência — Globalização: O Que É e Suas Implicações —, ele falou ao Estado sobre o que pensa da situação do Brasil e do seu plano de estabilização.

Estado — O que mais o preocupa, no momento, em relação ao plano de estabilização da economia brasileira?

Jeffrey Sachs — O que mais me preocupa é saber se o governo conseguirá progredir nas suas tentativas de reduzir o déficit orçamentário, de elevar a poupança governamental, reduzir o nível de envolvimento do Estado na Economia, inclusive mediante privatizações, e baixar os impostos no futuro. A questão chave é diminuir o tamanho do Estado e reduzir o déficit orçamentário. Se o governo tiver êxito, a economia brasileira se tornará muito mais competitiva e eficiente, os juros poderiam baixar mais rapidamente, e o Brasil teria melhores condições de enfrentar os problemas macroeconômicos.

Estado — O plano de estabilização poderia sobreviver sem as reformas propostas ao Congresso pelo governo?

Sachs — Eu não acredito que o Brasil possa atingir os seus objetivos sem melhorar, consideravelmente, a sua política fiscal. O problema com o Brasil é o seu déficit orçamentário, grande demais, que requer uma política monetária demasiado estrita. O reflexo disto são as taxas de juros altas e a sobrevalorização do Real, que enfraquecem o crescimento das exportações e reduzem o crescimento geral da economia.



Sachs: Brasil poderia crescer 6% ou mais com as reformas

Estado — Os empresários, então, estão corretos quando fazem pressão pela redução dos juros e por uma desvalorização do Real?

Sachs — Reduzir os juros e alterar as taxas de câmbio são medidas necessárias, mas a questão é saber como e quando adotá-las. As possibilidades de crescimento econômico do Brasil, nos próximos cinco ou dez anos, seriam infinitamente melhoradas com a redução das taxas de juros, uma mudança na política cambial e com uma correção nas distorções do seu sistema de impostos. O Brasil realmente poderia crescer 6%

ao ano, ou até mais, desde que sejam realizadas as reformas necessárias.

Estado — A política cambial do governo, dentro do plano de estabilização, está assim tão errada como dizem certos economistas brasileiros?

Sachs — É verdade que a moeda está sobrevalorizada em termos reais, e isto deveria ser evitado.

Mas essa é uma questão ligada ao problema do déficit fiscal. Quando ele for reduzido, com a ajuda das reformas, os juros cairão e o real encontrará o seu valor.

Estado — O Banco Central tem sido muito criticado por políticos, empresários e economistas. Como o sr. vê sua atuação, até agora?

Sachs — Eu acho que o Banco Central tem operado sob um tipo de coação que não deveria existir. É um trabalho duro o que o banco tem de executar quando o orçamento está fora de controle e quando o tamanho do Estado é demasiado grande. É preciso não esquecer que o Banco Central está assumindo toda a responsabilidade pela manutenção do índice baixo da inflação, porque a política fiscal moveu-se na direção errada em 1995. Sob essas circunstâncias, o seu trabalho tem sido correto.

Estado — Em que reforma constitucional o governo deveria insistir, se for impossível realizar todas as que considera necessária?

Sachs — Eu acho que, strategi-

camente, a questão é conseguir sanear as finanças públicas. E não mediante elevação de impostos mas com a redução dos gastos governamentais. É preciso reformar o sistema bancário e privatizar os bancos estatais, de uma maneira clara, para evitar rombos como o do Banespa. Isso inclui também alterar de vez o sistema previdenciário. As aposentadorias, especialmente de um grupo de privilegiados, consomem recursos demasiados altos para um país, como o Brasil, que precisa crescer rapidamente no futuro.

Estado — O que o sr. está dizendo, enfim, é que todas as reformas propostas pelo presidente Fernando Cardoso devem ser realizadas. Não haveria prioridade.

Sachs — São todas necessárias, a tributária, a administrativa e a da previdência. Mas acho que a reforma do Estado é a chave. É preciso reduzi-lo, torná-lo mais eficiente e mais econômico. O governo precisa livrar-se de funções que não são suas para cuidar melhor do que lhe compete cuidar, numa economia moderna.

Estado — Professor, é correto ajudar aos bancos e aos fazendeiros, com enormes quantias, e premiar os brasileiros mais humildes apenas com uma inflação mais baixa?

Sachs — A questão da transferência de renda do Estado é muito interessante, e, sobre ela, eu faria a seguinte observação: a política social neste país, e em qualquer outro país em desenvolvimento, deveria basear-se em educação e saúde. Ela permite a toda a população tirar vantagens dos seus conhecimentos e usufruir da oportunidades que o mercado oferece.

Estado — É esta a razão do sucesso dos chamados tigres asiáticos?

Sachs — Não só dos tigres asiáticos. Quando se examina os países de crescimento econômico mais rápido, o que se vê são governos mais enxutos, bem focalizados na educação, saúde e infra-estrutura, e muito pouco envolvidos com a questão da transferência de rendas para a sociedade. Só para exemplificar: em Hongcong, cuja população tem um alto padrão e a expectativa de vida é uma das mais altas do mundo, o governo gasta cerca de 14% do PIB com sua política social. No Brasil, os gastos chegam a 35%.